

# **38º Encontro Anual da ANPOCS**

## **GT36 - Sociologia da Adolescência e da Juventude**

**Adolescentes e Jovens Indígenas: um sujeito pluriétnico no  
contexto social do Rio Negro/AM.**

**Claudina Azevedo Maximiano**

## **Adolescentes e Jovens Indígenas: um sujeito pluriétnico no contexto social do Rio Negro/AM**

Palavras chaves: Adolescente e Jovens indígenas, participação política, movimento indígena e conflitos sociais.

### **Resumo**

A proposição deste texto é iniciar uma reflexão sobre o processo de participação política dos jovens indígenas no rio Negro. A partir da análise das iniciativas de mobilização/organização de um “novo sujeito político” no cenário do movimento indígena e do contexto social desta região. A ideia é tentar fazer uma descrição/reflexão do processo de articulação/mobilização de jovens indígenas na luta por espaços sociais de poder, assim como, a criação de um discurso em torno de um sujeito pluriétnico autodenominado de “adolescentes e jovens indígenas”. Tal reflexão perpassava o contexto social do município de São Gabriel da Cachoeira, com destaque para Santa Isabel do Rio Negro, município localizado na região do Médio Rio Negro, campo em que se circunscreve a pesquisa, na qual estou construindo esta reflexão. A temática está ligada aos problemas sociais que envolvem os jovens indígenas, assim como, às iniciativas de organização, acrescida dos conflitos vivenciado por eles e ações classificadas como “marginais” e/ou a mobilização por políticas públicas específicas que acabam por se conectar e/ou se tangenciam no cotidiano. É diante desse contexto que proponho tal reflexão.

### **1. Introdução**

Para iniciar esta reflexão convém apresentar as razões que me motivaram a considerar o movimento de mobilização política ocorrido na região do Alto e Médio rio Negro a partir de 2007, como a emergência de um “novo sujeito político”. De início, esclarecê-los de que utilizo a categoria *sujeito* a partir da conceituação/definição realizada por Michel Foucault ao

longo do conjunto de sua obra. Para Foucault, o conceito de sujeito é uma construção histórica, consistindo num processo de tensão entre a sujeição e a condição de liberdade, visto que os indivíduos estão situados em um campo de possibilidade, pois, segundo ele, existem relações de forças, poderes que tornam esses indivíduos livres para agirem em determinados espaços sociais. Neste sentido, temos que o sujeito é constituído dentro do processo que Foucault denomina de subjetivação, respondendo aos estímulos de cada época, pelo que o autor define como dispositivo, saber-poder e criam os discursos de cada época histórica. Dentro dessa lógica apresentada por Foucault, é possível entender a dimensão do discurso, enquanto, algo que, [...] *não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar.* (FOUCAULT, 2011, p. 10). Isto possibilita pensar a criação do/s sujeito/s ao mesmo tempo em que este/s são afirmado/s e/ou excluído/s através do discurso apresentado como verdadeiro naquele momento histórico.

Pautando-me nesta prerrogativa, utilizo como base para esta reflexão a ideia de um “novo sujeito político”, situado no cenário do movimento indígena do rio Negro – mas precisamente em Santa Isabel do Rio Negro – dialogando com o contexto sociopolítico de São Gabriel da Cachoeira, local em que se começa a forjar um discurso a partir de um grupo de indivíduos pertencentes a diversas etnias, autodenominados *adolescentes e jovens indígenas*. Tais indivíduos assumem a postura e formulam um discurso de reação contrária aos diversos problemas sociais que atingiam a parcela mais jovem da população indígena do rio Negro.

Para tal discussão parto dos dados de campo, tomo como referência os problemas sociais que se agravaram nas últimas décadas, com destaque para os casos de suicídios envolvendo, sobretudo, a parcela mais jovem da população nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, também, o aumento do consumo de bebida alcoólica, drogas ilícitas<sup>1</sup>, e inventadas<sup>2</sup>, como desodorante, álcool e gasolina, assim como os conflitos

---

<sup>1</sup> Em todas as entrevistas e conversas realizadas as pessoas falam de “drogas” e/ou “outras drogas”, porém quando questionadas sobre quais drogas elas não sabem dizer quais são, só afirmam que existe e que são comercializadas na cidade.

provocados pelos grupos de adolescentes e jovens tidos como *marginais*, neste último caso, tornam-se uma preocupação das instituições ligada ao controle social como a polícia, o conselho tutelar, a escola e os pais. Tais problemas são apontados pelos agentes sociais que lideraram/lideram esse movimento político como as bandeiras de luta que foram levantadas no I Congresso de Adolescentes e Jovens Indígenas, fórum de discussão do qual surgiu a proposição de criação do DAJIRN e da Secretaria Municipal de Juventude Esporte e Lazer (SEMJEL) em São Gabriel da Cachoeira/AM e do DEJI em Santa Isabel do Rio Negro/AM.

A mobilização dos adolescentes e jovens indígenas ocorre no entorno de grupos de jovens organizados já existentes. Os Estudantes universitários do rio Negro residentes em Manaus e que participavam do Movimento de Estudantes indígenas do Amazonas (MEIAM), membros de grupos de jovens da PJ, grêmios estudantis. Esses coletivos de jovens se aglutinam em torno da busca de alternativas para os jovens inseridos nas situações sociais de risco. A partir desse contexto está montado o “cenário” que possibilita a emergência do que estou chamando de *um novo sujeito político* no contexto social do Rio Negro, que se autodenomina e/ou é reconhecido, pelo Movimento Indígena, a FOIRN, como *adolescente e jovens indígenas*. É preciso, porém, destacar que esse *novo sujeito político* precisa ser pensado de forma plural, visto que, o movimento é composto por jovens de diferentes grupos étnicos é, portanto, pode ser considerado um movimento pluriétnico.

Tais sujeitos encontram-se agregados tendo como objetivo a reivindicação por políticas públicas que respondam aos problemas sociais e/ou situações de riscos sociais às quais estão expostas as novas gerações. Faço esse recorte para esclarecer que tal movimento não pode ser considerado como um movimento étnico, carregado de especificidades ligadas a um dos 23 (vinte e três) povos indígenas do Rio Negro<sup>3</sup>, mas que se contextualiza enquanto movimento pluriétnico, situando-se, portanto, na busca da representatividade peculiar ao

---

<sup>2</sup> Expressão utilizada pelos jovens ao longo de oficinas, sobre o tema: alcoolismo e outras drogas, realizadas pelo DAJIRN nas escolas públicas de São Gabriel da Cachoeira no ano de 2009.

<sup>3</sup> Segundo o Livro Mapa da FOIRN e Instituto Socioambiental (ISA) os povos do rio Negro são: Tukano, Dessana, Tariana, Tuyuka, Wanana, Bará, Kubeo, Pira-tapuya, Miriti-tapuya (ou Buia-tapuya), Arapaso, Karapanã, Makuna, Tapuyo, Siriano, Yurutí, Taiwano, Barasana, Baniwa, Kuripako, Baré, Werekena e os Maku (Hupda, Yhupde, Daw, Nadöb). (FOIRN/ISA, 2006, 42-48)

próprio movimento indígena do Rio Negro, que se materializa na FOIRN. Na condição de federação, a FOIRN representa um conjunto de associações formadas por indígenas de diversos povos, num contexto de representatividade eminentemente político. Como afirma Sidnei Peres (2013):

Essa região é integrada por uma complexa rede de relações interétnicas (que inclui brancos e diferentes povos indígenas), formada por laços de parentesco, religiosos, econômicos e políticos que ultrapassam até as fronteiras nacionais com a Colômbia e a Venezuela. [...] O emaranhado de associações indígenas pode ser pensado no interior dessa complexa e dinâmica malha pluriétnica. O espaço das associações, tomado como instância privilegiada de interlocução com os “brancos” e de representação da autenticidade cultural indígena, desenha as condições propícias para investimentos políticos e atos refletidos de reformulação cultural, esse é um novo contexto institucional e valorativo de inversão do estigma e, logo, de reavaliação dos registros simbólicos cotidianos de orientação do contato interétnico. (PERES, 2013, 22)

Outro destaque diz respeito à categoria, *adolescente e jovem indígena*, sendo a mesma utilizada neste texto enquanto categoria “re-apropriada” e/ou “re-significada” por esses agentes sociais. Essa categoria deve ser entendida enquanto expressão/categoria do próprio movimento indígena, nascida no contexto atual, e que se expressa enquanto discurso apropriado por um grupo específico. No contexto sociocultural do Rio Negro, esta parece ser uma categoria que foi sendo “naturalizada” e/ou “domesticada”, parafraseando a tese de Gersem Luciano Baniwa (2011), pelos indígenas do Rio Negro, que a utilizam quando se referem às novas gerações.

Feito esse preâmbulo, importa ressaltar que esta pesquisa se propõe um debate sobre as dinâmicas sociais vividas pelos povos indígenas no século XXI e as novas configurações que emergem da experiência de vida das novas gerações, que estão tecendo/criando um jeito de assumir suas identidades étnicas em diálogo com os diversos contextos socioculturais nos quais estão inseridas. Tendo clareza de que esse processo não estar sendo vivenciado da mesma forma por esses agentes sociais. Cada grupo possui uma dinâmica própria. Existe aquele que tem por objetivo a dimensão política, como é o caso dos jovens inserido no movimento indígena e os que participam da PJ e aqueles que talvez não tenham clareza de sua força política, mas “incomodam” e talvez de forma não tão objetiva exercer uma pressão

sobre a sociedade que é o caso dos grupos de amigos – “as galeras”. A ideia, portanto é pensar essa dinâmica.

## **2. Caminhos de um discurso e construção de um sujeito**

Tomo como base para análise o ano de 2007 para situar o processo de articulação política da juventude no rio Negro que analiso, motivada, sobretudo, pela criação do DAJRN, repercutindo nas coordenadorias da FOIRN, com a criação do Departamento de Juventude Indígena na Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (DEJI/ACIMRN), em Santa Isabel do Rio Negro. A partir desse movimento, sou conduzida a pensar a construção da categoria. Para discutir a mesma, parto da hipótese que a dinâmica social da atualidade envolvendo questões referentes às políticas específicas no âmbito internacional e nacional; impulsionaram o movimento social, instituições públicas, organizações não governamentais (ONG’S) e pastorais da Igreja católica na direção da discussão sobre juventude. Com acento na ideia de políticas públicas para a juventude. O que acaba por gerar uma dinâmica específica no interior do movimento indígena do rio Negro, isto, por sua vez, suscitou a emergência de um coletivo que estou chamando de um *novo sujeito político*, autodenominado adolescente/ jovem indígena. Para entender melhor essa dinâmica é preciso situar que o tema da juventude, dentro da perspectiva aqui referenciada surge no cenário mundial a partir do século XX.

Para desenhar esse cenário recorri ao texto: “Política nacional de juventude: trajetória e desafios”, onde as autoras fazem uma retrospectiva histórica do processo apresentando a gênese internacional da discussão sobre a questão juventude dentro do viés das políticas públicas. No bojo das comemorações do ano Internacional da Juventude, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) institui o último domingo de outubro como Dia Nacional da Juventude (DNJ). O DNJ mais que um espaço comemorativo, foi assumido pela PJ como um espaço de formação sócio-política sempre abordando temas de relevância social para a juventude. E durante 6 (seis) anos versou sobre o tema das políticas públicas para juventude de 2001 a 2006. Considero esse dado singular, pois foi através do material didático

produzido pela PJ que os jovens do rio Negro ligados a PJ passam a ter conhecimento sobre esse tema. E que no processo de articulação política dos adolescentes e jovens indígenas do rio Negro passa a ser a “bandeira” de luta do movimento.

Ainda no contexto internacional a ONU estabeleceu o período de 12 de agosto de 2010 a 11 de agosto de 2011, como mais um ano internacional da juventude com o tema: “Diálogo e entendimento mútuo”; no intuito de reforçar uma agenda política para os países em que se coloque em pauta a juventude como parte do processo de fortalecimento do crescimento/desenvolvimento acrescido pela busca da paz, tema no qual está centrada a ONU.

No Brasil Silva e Silva (2011) para falar do destaque sobre o tema juventude no cenário nacional fazem a leitura histórica a partir da criação do Código de Menores de 12 de outubro de 1927. Apresentado pelas autoras como marco legal que deu início à ação do Estado em se tratando de políticas para a juventude. Que teve como desdobramento a criação em 1941 do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e, em 1964 a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), responsável pela Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). As referidas autoras se posicionam colocando que a concepção político-social que estava implícita nessa lei era de um instrumento de controle social da infância e da adolescência, vítimas da omissão ou transgressão da família. O código do menor expressava a ideia do controle do Estado sobre os adolescentes e jovens visto como marginais e não enquanto sujeito de direito.

A partir da pressão dos movimentos sociais e dos organismos internacionais no final da década de 1980 e das conquistas sociais referenciadas na Constituição Federal de 1988 (CF 88) é que se inicia o processo de mudança com a criação de um marco legal. O artigo 227 da CF 88 apresenta as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Por parte do Governo Federal, esse tema passou a tomar força a partir de 1989, quando o Brasil, um dos países signatários da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos da Criança, comprometeu-se a adotar medidas para efetivar os direitos reconhecidos por essa Convenção. A instituição do Estatuto da Criança (ECA, Lei nº 8.069), em junho de 1990, representou um grande

avanço na defesa dos direitos da criança e do adolescente. (SILVA e SILVA, 2011, 666)

Apesar de que a legislação brasileira não fez menção à categoria geracional juventude é a partir das discussões sobre criança e adolescente que vai se forjando o discurso sobre os direitos da juventude no Brasil. Visto que o ECA inaugura uma nova cultura no âmbito do direito brasileiro, ao inserir a criança e o adolescente como sujeito de direito e não mais como objeto das ações do Estado.

Nesse período, motivados pelo processo de organização das conferências de juventude os jovens da PJ e o GAPOLJI, organizam conferências livres<sup>4</sup> em São Gabriel e Santa Isabel do Rio Negro. Sobretudo, a PJ socializa as informações sobre as discussões em torno do tema das conferências que estavam acontecendo no Brasil. Dessa forma, os jovens do Rio Negro conseguem se articular enviar uma representante do rio Negro para a Conferência Estadual de Juventude em Manaus. E com o apoio da PJ e outros movimentos de juventude através de uma estratégia organizada pela PJ, dentro da Conferência Estadual de Juventude, conseguem eleger a representante do Rio Negro, enquanto jovem indígena. A mesma participa em Brasília da Conferência Nacional de Juventude, como uma das representantes da juventude amazonense. É através desse movimento que se inicia nos grupos de base da PJ, dentro das paróquias é que vai tomando corpo o discurso sobre políticas públicas para a juventude do rio Negro. Trajetória que se concretiza através da participação em atividades de militância dentro do movimento indígena e nos espaços públicos.

No que tange ao que estou definindo como participação e envolvimento de adolescentes e jovens indígenas na luta por políticas públicas específicas para a juventude. O

---

<sup>4</sup> As Conferências Livres são instrumentos de participação que ampliam a construção de espaços de discussão e debate onde os diversos setores da sociedade brasileira podem contribuir para o fortalecimento da Política Nacional de Juventude. As conferências livres são uma ferramenta diversificada que possibilita a ampliação da participação política trazendo para a discussão pessoas que não participam dos espaços formais de debate. (Brasil, 2011, 04)



que pode ser considerado como processo de participação/articulação desses agentes sociais no âmbito do movimento indígena e das esferas públicas de governo? Utilizando como referência a pauta de reivindicações definidas a partir do I Congresso de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro, do qual discorrerei abaixo e, a criação do Grupo de Articulação Política da Juventude Indígena (GAPOLJI), formado a partir do referido congresso. Creio ser possível iniciar uma reflexão sobre o como esse processo vai sendo construído. Para tanto parto dos grupos da PJ, nos quais os jovens indígenas que lideraram o referido movimento foram tendo contato com um tema das *políticas públicas para a juventude* que emergiu durante os anos 2000. A PJ então surge como um elemento importante dentro do processo de formação do que considero o *novo sujeito político* no rio Negro.

Ressalto que paralelo a esse processo de articulação política no âmbito da formalidade e até provocando este, existe outro processo “organizativo” de jovens que buscam a diversão, o lazer e que com um jeito/estilo próprio de articulação acabam por provocar a sociedade envolvente. E acabam por também exercer uma “força” sobre os espaços instituídos dentre esses o movimento indígena e as esferas de governo. Tal forma de “organização” e/ou “processo organizativo”, também me provoca enquanto pesquisadora. E estou me propondo a fazer um diálogo e/ou uma ponte entre esses grupos específicos que na minha leitura criam um discurso convergente dentro de contextos e posições sociais diferentes e às vezes divergentes com os jovens politicamente organizados na PJ e no movimento indígena. Estou me referindo aos grupos de amigos – identificado pelas pessoas como “galeras”. Para efetivação desse processo de aproximação destaco que possuo relação de proximidade com alguns jovens tidos na cidade de Santa Isabel do Rio Negro como membros desses grupos. Tal aproximação pode ser considerada arbitrária, porém destaco que a intencionalidade é de aproximação de discursos que a partir dos dados de campo me parece ser convergente, dentro de uma lógica divergente.

Os dois movimentos de um lado os jovens organizados politicamente e do outros os jovens dos grupos *estigmatizados* provocam impactos diferenciados dentro do contexto sociocultural do Rio Negro. Porém, as ações desses grupos se tangenciam e/ou estão interligadas, no cotidiano das cidades e/ou das comunidades. Destarte esses agentes estarem

inseridos nos mesmos espaços/contextos sociais, sofrem as mesmas limitações no que tange a questão das políticas públicas e por consequência a falta de estruturas para atender suas necessidades específicas. O que difere é a forma e/ou as *ferramentas* e a clareza de objetivos quanto à ideia de mobilização para chamar atenção dos adultos, das autoridades. Nesse sentido os grupos *estigmatizados* chamam mais a atenção, pois acabam por provocar a sociedade a pensar e/ou se inquietar/incomodar com sua presença provocadora e intimidadora, visto que, esses grupos são considerados como uma ameaça.

Esses agentes sociais a partir da posição que ocupam no cenário maior do rio Negro estão construindo um discurso. É preciso considerar que em níveis diferenciados de entendimento e/ou controle desse processo. Dentro do contexto discursivo, entendendo que o discurso não é elaborado somente com palavras e textos (discursos e documentos), que nesse caso é controlado pelos jovens dos grupos organizados – PJ, DEJI, DAJIRN - que criam e/ou participam de espaços oficiais como seminários, congressos e assembleias. Mas a dimensão discursiva vai além desses espaços oficiais é também ação, postura, atitude, onde se encaixa os grupos considerados *estigmatizados*. E é esse ponto quase *invisível* que estou apontando a ideia de convergência discursiva desses agentes sociais para a formação do *novo sujeito político* no rio Negro. Passo agora a apresentar alguns espaços sociais que formalizam parte desse processo discursivo que acabo de apresentar. Entre eles destaco: o I Congresso de adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro, o GAPOLJI, o DEJI, a PJ, a PJ no Rio Negro e a experiência do grupo de amigos não será retratada nesse artigo.

### **3. O I Congresso de adolescentes e jovens indígenas do Rio Negro**

A chamada de atenção sobre o tema, adolescente e jovem indígenas vem despontando no “cenário” do movimento indígena do rio Negro, a partir da articulação política de jovens indígenas na região com destaque para a sede do município de São Gabriel da Cachoeira, com repercussão em Santa Isabel do Rio Negro. O movimento teve como ponto de partida, nessa última década, a emergência de uma pauta de reivindicações protagonizada por um grupo de jovens, já referenciado acima, que se organizaram em torno de uma causa comum: a situação de risco social na qual estavam/estão inseridos a parcela mais jovem da população indígena da

região do rio Negro. A motivação inicial para tal mobilização surge em resposta à sequência de suicídios de jovens e adolescentes indígenas ocorridos em São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro a partir dos anos 2000, sendo intensificados no biênio 2005-2006. Agravados ainda pelo aumento do consumo de bebida alcoólica, drogas ilícitas e inventadas<sup>5</sup>.

O referido Congresso ocorreu de 31 de julho a 03 de agosto de 2007, e reuniu mais de 150 (cento e cinquenta) participantes, entre eles: representantes das escolas presentes na sede do município de São Gabriel da Cachoeira; Associações de bairros; Igrejas e representantes das 5 (cinco) coordenadorias da FOIRN (Alto rio Negro e Xié, Médio e Baixo rio Negro, Içana, Alto Uaupés, Tiquié e Baixo Uaupés). A região denominada, Médio e Baixo rio Negro que compreende os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.

O evento contou com o apoio das seguintes instituições: Unicef, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), FOIRN, Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira e Instituto Socioambiental (ISA). Na organização do evento, estavam os jovens do MEIAM e os membros da PJ de São Gabriel da Cachoeira.

Ao longo da leitura do documento síntese, é possível perceber a autoidentificação de um sujeito determinado, *adolescentes e jovens indígenas*. As adjetivações a esse sujeito, apresentadas no documento são: do Alto Rio Negro e/ou de São Gabriel da Cachoeira. Essa denominação registrada no documento reforça o que considero a emergência de um *novo sujeito político* no contexto do movimento indígena no Rio Negro. Na introdução do referido documento, evidenciam-se as motivações que conduzem esse processo de aglutinação dos agentes sociais em torno de problemas sociais que parecem se destacar como a motivação propulsora para este movimento político.

---

<sup>5</sup> Termo utilizado pelos jovens ao se referirem ao consumo de substâncias, tais como: desodorante, álcool, casolina, entre outros.

O documento é marcado por um discurso que apela para a autonomia e a sensibilização da sociedade, em particular, as esferas de governo e as autoridades/lideranças indígenas, quanto às ações concretas em relação aos *adolescentes e jovens indígenas*. No relato empreendido no documento, nota-se também a busca de reconhecimento por parte dos agentes sociais que lideraram o congresso, enquanto representantes de uma categoria social que se reconhece e se respeita no contexto de autoreconhecimento, impulsionado pelo próprio evento. Isto reforça a ideia de busca pelo poder de representação, conforme consta no documento: “Participamos do Congresso para nos conhecer e nos respeitar como povos diferentes, para partilhar nosso desejo de construir um mundo mais justo.”. Considerando todo o processo, creio ser possível argumentar que este evento produziu o que Bourdieu (2002, p. 157) chama de porta-voz, ou seja, um “processo de instituição, geralmente percebido e descrito como processo de delegação, pelo qual o mandatário recebe do grupo o poder de fazer o grupo”.

As lideranças juvenis passam a falar em nome de, assumem o discurso de falar em nome dos adolescentes e jovens indígenas do rio Negro, trazendo como pauta de reivindicações as chamadas políticas públicas, no intuito de minimizar os problemas sociais que atingia e/ou atingem essa parcela da população, assim como, está explícito nesse processo a perspectiva de se assumir os espaços de poder. Isto é, mais do que simplesmente tentar minimizar os impactos dos problemas sociais, esses agentes sociais buscam também ocupar os espaços já instituídos e construir outros no intuito de protagonizarem os processos que possam garantir os sonhos e esperanças que expuseram no documento final do referido Congresso.

#### **4. Grupo de articulação política da juventude indígenas**

Oficialmente denominado Grupo de Articulação Política de Juventude Indígena (GAPOLJI) foi formado a partir do I Congresso de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro e assume a responsabilidade de continuar o processo de articulação política buscando garantir o lugar dos adolescentes e jovens indígenas nos diversos espaços de decisão política.

Surge com a missão de ser porta-voz do coletivo de adolescentes e jovens presentes no I Congresso e se apresenta como articulador no intuito de exercer pressão para efetivação das reivindicações apresentadas como resultado do referido evento, destacando a luta pela criação do DAJIRN e da SEMJEL. Esta reivindicação é apontada como conquistas dos adolescentes e jovens indígenas organizados na luta por seus direitos. Uma das lideranças do GAPOLJI, chegou a afirmar que “o documento do I Congresso é a nossa identidade.”. Essa fala aponta para a importância dada pelos líderes do movimento ao evento, que se coadunam as lutas implementadas após o evento, assim como a busca de legitimidade para a ação do referido grupo, que acontece a partir de um coletivo, que nesse caso se reporta aos agentes sociais que estavam presente no congresso. E que estavam na condição de representantes dos jovens de suas coordenadorias, escolas e bairros.

Existe um pós-congresso referenciado por esses jovens como algo significativo/singular. Neste sentido, parece que para eles o congresso produziu um movimento de construção/criação de uma identidade coletiva, *nós adolescentes e jovens indígenas*. Algo que se aproxima da *energia mobilizadora*, definida por Bourdieu (2003).

O GAPOLJI apresenta a criação do DAJIRN e da SEMJEL como conquistas dos adolescentes e jovens indígenas organizados na luta por seus direitos. A partir do processo de articulação das ações do Congresso este grupo assume a posição de articulador das ações propostas no documento final do Congresso e também como fiscalizador das políticas públicas realizadas em prol dos adolescentes e jovens indígenas do rio Negro, assim como, se propõe a acompanhar as ações do próprio movimento indígena com relação às questões relacionadas a esses agentes sociais.

## **5. O departamento de jovens na associação das comunidades indígenas do médio rio negro**

Além da criação do GAPOLJI, o congresso repercutiu logo em sequência em Santa Isabel do Rio Negro. A partir das experiências/vivências dos momentos coletivos em São

Gabriel da Cachoeira, o movimento indígena de Santa Isabel do Rio Negro, através da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), também assumiu discutir as questões sociais ligadas à parcela mais jovem da população. Procurou-se, a exemplo da mobilização feita em São Gabriel da Cachoeira, articular a juventude indígena na sede do município.

Em Santa Isabel do Rio Negro foi feita uma convocação dos jovens pela diretoria da ACIMRN objetivando a criação do Departamento de Jovens, a exemplo da FOIRN, no intuito de efetivar uma interlocução em vista da resolução dos problemas sociais envolvendo jovens indígenas no município, sobretudo, os suicídios, o aumento do consumo de bebida alcoólica e as drogas ilícitas. Tais problemas atingiam os jovens da sede e de algumas comunidades do interior.

Em 19 de outubro de 2007, foi criado o Departamento de Juventude do Médio Rio Negro (DEJI), tendo como sede a ACIMRN. Em reunião realizada no Centro Social do bairro Santa Inês. Os jovens que haviam participado das programações dos 20 (vinte) anos da FOIRN, e da I Assembleia do DAJIRN, em São Gabriel da Cachoeira, como representantes da ACIMRN foram eleitos para a coordenação do novo departamento. Estiveram presentes representantes dos bairros: Centro, São Judas, Santa Ana, Dom Walter, Santa Inês, Aparecida e São José Operário; além das comunidades de Cartucho e Campinas do Rio Preto. Neste período foram criados departamentos de jovens nas comunidades: Campina do Rio Preto e Cartucho, ambas localizadas na região do médio rio Negro, mas que não chegaram a funcionar. Esse momento vivido pela ACIMRN pode ser considerado como singular, visto que, para além da sede de São Gabriel da Cachoeira, foi onde ocorreu uma repercussão efetiva do movimento iniciado na FOIRN. Com a criação de um espaço político de interlocução da juventude indígena e o envolvimento das comunidades.

O Departamento de juventude da ACIMRN nasce como o seguinte objetivo: “ tornar experiências de políticas públicas de/para/com juventudes possíveis para promoção do programa de desenvolvimento regional indígena sustentável.” (Projeto DEJI, 06/03/08) e fazer controle de políticas públicas para a juventude. Nesse mesmo documento, de acordo

com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Unicef e Secretaria Nacional de Juventude, faz a identificação etária, identificando adolescente e jovem. Segundo o documento, a fase da adolescência compreende a idade de 12 a 17 anos e de jovens compreende a faixa etária de 18 a 30 anos. Com o acréscimo de um ano, pois o Estatuto da Juventude considera jovem a pessoa com idade até 29 anos. O que pode ser entendido, pois o estatuto da juventude é um documento recente aprovado em 2013.

Uma das ações do DEJI foi à realização da I Conferência de Adolescentes e Jovens Indígenas em parceria com o PJ da Paróquia Santa Isabel e a Prefeitura. A referida conferência aconteceu no período de 18 a 20 de abril de 2008. É preciso ressaltar que a articulação política dos jovens em Santa Isabel do Rio Negro, não gerou os mesmos efeitos que em São Gabriel da Cachoeira. Um dos coordenadores afirmou que eles gostariam de ter criado a Secretaria de Juventude no município, o que não foi possível, assim como, outras frentes com relação à efetivação de políticas públicas para a juventude no município. A proposição do DEJI era então iniciar um processo similar o que estava ocorrendo na sede de São Gabriel, articulado pelo GAPOLJI.

## **6. A pastoral da juventude**

Para melhor entender o processo de construção do *novo sujeito político* no rio Negro é preciso situar o contexto social em que foram “formados” os jovens indígenas que conduziram o processo de afirmação e/ou autoafirmação do discurso que cria politicamente a categoria: *adolescentes e jovens indígenas*. Para tanto, faz-se necessário destacar a Pastoral da Juventude (PJ), órgão da Igreja Católica presente na região, em algumas paróquias. A PJ aparece no discurso das lideranças desse movimento como, um espaço social importante na sua formação/capacitação. A participação nos grupos da PJ possibilitou a esses agentes sociais um processo de capacitação sócio-política. A PJ em sua estrutura teórico-metodológica segue os princípios da teologia da libertação e utiliza como base o método ver-julgar-agir<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> A PJ, em sintonia com a Igreja do Brasil, usa o método Ver-Julgar-Agir; busca a formação integral dos jovens nas dimensões: pessoal, social, política, cultural, teológico-teologal, ecumênica, metodológica. Tudo dentro de um processo progressivo e intensivo de nucleação (busca de novos jovens); iniciação (formação e processo grupal) e militância (ação transformadora motivada pela fé). (CNBB, 1992, 112)

Para entender esse processo considero singular descrever um pouco do que é a PJ e sua metodologia; como a mesma foi sendo incorporada no rio Negro, visto da especificidade própria do contexto social das cidades/comunidades do rio Negro. O que está por trás de tal proposição é tentar pensar os dispositivos utilizados pelos jovens no processo de construção de um discurso. Isto é, pensar como se constitui e/ou como vai sendo criado às condições sociais para surgimento desse coletivo dentro do contexto histórico contemporâneo do Rio Negro.

A Pastoral da Juventude (PJ) é o nome empregado para designar o conjunto orgânico da ação da Igreja entre os jovens, tendo nos próprios jovens, protagonistas de sua evangelização e evangelização de outros jovens; os grupos de base como instrumento pedagógico; a espiritualidade encarnada fazendo a síntese fé-vida como motor e marco teórico próprio, como elemento de unidade. [...] Num constante processo de amadurecimento e revisão das experiências, a PJ vai se constituindo, a partir da prática refletida em cursos, encontros e assembleias paroquiais, diocesanos, regionais e nacionais. (CNBB, 1992, 68)

Nesse sentido é preciso destacar que como a metodologia da PJ está pautada na participação efetiva dos jovens no processo de organização e dinamicidade das atividades do grupo é possível afirmar que houve um processo de apropriação dos conceitos/propostas da pastoral que foram sendo aproximado da realidade do rio Negro pelos próprios jovens. Dessa forma a PJ vai se tornando uma pastoral que traz na sua concretude o jeito do jovem indígena.

### **6.1. A PJ no rio negro**

Dentro desta perspectiva fico a me perguntar: como essa proposta de pastoral se concretizou no rio Negro? Como esses jovens filhos dos ex-alunos salesianos, que passaram por um processo de formação que castrava a liberdade, impedia o uso da língua materna, pautado na obediência lidaram/lidam com a metodologia da PJ? Diante de tais questionamentos é preciso destacar que poucas paróquias, mas precisamente nas cidades (São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do rio Negro) fizeram e/ou fazem a experiência de ter grupos da PJ. Faço essa ressalva para indicar que às experiências de grupo de jovens existentes nas paróquias: Miguel Arcanjo de Iauareté, São João Bosco, Pari-Cachoeira e



Nossa Senhora da Assunção no Içana, em que os grupos seguiam e/ou seguem um modelo de organização diferente da PJ.

A vivência dos jovens nos pequenos grupos da PJ e a formação sócio-política adquirida nesses grupos possibilitou a construção de um processo de mobilização coletiva que culmina na reivindicação da criação de espaço de representação coletiva dentro do contexto do movimento indígena no caso, a FOIRN, o DAJIRN e na ACIMRN, o DEJI. Assim como nos espaços públicos no caso de São Gabriel da Cachoeira com a criação da SEMJEL e do Conselho Municipal de Juventude. Reivindicação esta apresentada na II Assembleia do DAJIRN (julho de 2013), apresentadas como conquistas da juventude indígena do rio Negro. Porém, é preciso destacar que esse processo é fruto de situações sociais específicas, já apresentadas acima e que possibilitaram tal mobilização. E a participação na PJ ganha destaque nesse discurso.

Faz-se necessário destacar que os grupos da PJ se diferenciam no aspecto metodológico dos grupos organizados pelos Salesianos/Salesianas no rio Negro, já mencionados acima. Ressalto, porém ser possível afirmar que tais grupos fazem parte do processo histórico do associativismo juvenil no rio Negro e que serviram de base para algumas experiências de PJ, ocorridas, sobretudo em São Gabriel da Cachoeira e em Santa Isabel do Rio Negro. Com o crescimento dessas cidades, os salesianos foram perdendo o controle das ações presentes nas paróquias e nos colégios.

Para compreender tal processo faz-se necessário perceber as mudanças ocorridas no campo da ação missionário no rio Negro nos anos de 1970 e 1980, como afirma Sidnei Peres (2013), os Salesianos começam um processo de reestruturação da sua ação evangelizadora que tem como base os princípios refletidos nos Concílio Vaticano II (1967); a denuncia no Tribunal Russel (1980); e as críticas dos setores da Igreja Católica ligados a perspectiva da Teologia da Libertação, que geram um processo de mudança da prática missionária dos Salesianos no rio Negro.

A política missionária salesiana, nos anos 70 e 80, respondeu as tais críticas reformulando seus princípios e programas. Tinha como uma das suas principais estratégias atuar na formação moral e intelectual dos povos indígenas da região,

definindo sua prática como “pastoral educativo-evangelizadora”, reunindo seus agentes periodicamente na sede de São Gabriel para avaliar seu trabalho. Dentro dessa perspectiva, enfatizava o “desenvolvimento comunitário” por meio de cursos para formação de professores, líderes locais (capitães, administradores ou presidentes, conforme a região do Rio Negro) e agentes de pastorais. A palavra de ordem era organizar os povoados considerando os seguintes planos: social, escolar, sanitário, recreativo e agrícola. Tal projeto é totalizador, pois visava operar em todas as dimensões da vida social, a partir da imposição de um modelo de sociabilidade concebido como para os indígenas e ribeirinhos. (PERES, 2013,79)

Quanto aos jovens Peres (2013) também aponta que as mudanças de postura pastoral dos salesianos levaram ao incentivo ao associativismo. O que na descrição feita por esse autor parece se aproximar da proposta da PJ, pois havia o estímulo às práticas religiosas e a participação em eventos para promover benefícios para comunidade. Porém, tais grupos não seguiam a proposta metodológica próprias da PJ no Brasil, já referida acima. Quase sempre eram grupos grandes, cada paróquia possuía um único grupo e as ações centradas na linha da espiritualidade e recreação.

Destacando o que a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) classifica como pastoral orgânica<sup>7</sup>, neste caso temos a PJ e a proposta de associativismo juvenil implantada pelos salesianos/as no rio Negro que não está referenciada enquanto pastoral orgânica da CNBB, pois é algo específico da congregação Salesiana. Nesse sentido creio que na região do rio Negro tivemos duas experiências de organização de jovens no interno da Igreja Católica, que acabam se *tocando/misturando* e que num primeiro momento pode ser caracterizada como um movimento produzido pelos salesianos e que depois, sobretudo, nos centros urbanos vai se aproximando da experiência da PJ. Visto que, com o crescimento das cidades e as mudanças no interno da Igreja Católica os salesianos vão redefinindo sua presença e diminuem o número de missionários, o que considero singular para a entrada de novas perspectivas pastorais, entre elas a PJ.

Dentro desse contexto destaco que existe algo que considero singular na experiência dos jovens que hoje estão inseridos dentro desse processo de mobilização coletiva que foi o

---

<sup>7</sup> Segundo o Documento 85 da CNBB, pastoral orgânica significa que, “Tenha-se presente a opção preferencial pelos jovens e as “diretrizes” lançadas pelos Bispos em Puebla. (CNBB, 2007, 140)

fato que a PJ do Brasil ter elaborado um projeto de formação sobre o tema das Políticas Públicas para a Juventude, que envolveu a produção de material e a organização do Dia Nacional da Juventude (DNJ) que acontece no mês de outubro a cada ano desde 1985. De 2001 a 2006, o tema do DNJ foi Políticas públicas para a juventude. Isso significa que todo o material utilizado para organização desse evento esteve por 6 (seis) anos esteve centrado neste tema. Em 2001, DNJ: Políticas Públicas para a Juventude – Paz, Dom de Deus! Direito da Juventude. Em 2002, DNJ: Políticas Públicas para a Juventude – A vida se tece de sonhos. Em 2003, DNJ: Políticas Públicas para a Juventude – Lancemos as redes em águas mais profundas. Em 2004, DNJ: Políticas Públicas para a Juventude – A gente quer fazer valer nosso suor... A gente quer do bom e do melhor. Em 2005, DNJ: Políticas Públicas para a Juventude – Juventude vamos lutar! Chegou a hora do nosso sonho realizar. E 2006, DNJ: Políticas Públicas para a Juventude – Juventude que ousa sonhar constrói um Brasil popular. É no bojo da preparação para os DNJ's que os jovens dos grupos ligados a PJ no rio Negro foram descobrindo/conhecendo o tema das políticas públicas para a juventude. Foram também construindo um discurso que parece culminar com a iniciativa de engajamento em partidos políticos por parte de alguns jovens, de forma particular em São Gabriel da Cachoeira, o que não ocorreu em Santa Isabel do rio Negro.

Quanto ao contexto social, os jovens que vivenciam esse processo de mobilização política começaram a participar de grupo a partir dos anos 2000, na cidade de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do rio Negro. O grupo é vivenciado por eles, como espaço social de encontro com os amigos, além da possibilidade de articular saídas, namoros, reflete um pouco para além da escola a vida social de muitos deles, etc. Muito jovens no grupo desenvolveram habilidades artísticas a partir da experiência do grupo, tais como: tocar violão, artes cênicas através das dramatizações (pequenas peças de teatro), vivida nos momentos litúrgicos: Paixão de Cristo e natal. O grupo possibilita a inserção na vida social a partir das ações religiosas e sociais realizadas na cidade e na escola. Como nestes centros urbanos os espaços de lazer para os jovens são reduzidos o grupo torna-se um espaço social importante.

## **7. Grupos de amigos, as chamadas “galeras”**

Existem adolescentes e jovens que encontraram organizados em grupos, considerados “marginais”. Tais grupos em minha percepção de forma não consciente participam e influenciam o processo de formação do novo sujeito político. Analisando os *grupos de amigos* foi possível perceber que provocam a sociedade através de sua presença e de ações que desorganizam o espaço social. Por isso, vivem o confronto direto com as instituições disciplinares. São ou estão sempre na posição de objetos dos aparelhos disciplinares. No bojo desse processo encontro conexão entre eles (*os grupos de amigos*) e os jovens organizados politicamente. Pois, as ações desses grupos, isto é, o discurso “violento” por eles elaborado, acaba sendo incorporado e/ou provoca o discurso dos adolescentes e jovens indígenas mobilizados politicamente, no que diz respeito à reivindicação pela concretização de políticas governamentais que atendam as necessidades dessa parcela da população.

Em Santa Isabel do Rio Negro existe uma rivalidade entre os adolescentes e jovens de bairros diferentes acentuada entre os jovens do Bairro Santa Inês, chamado de povoado e os jovens do centro. Povoado e centro são duas categorias que parecem antagonizar a ideia de índio e branco. Pois o povoado, representado pelo bairro Santa Inês é considerado o bairro mais indígena da cidade.

Parece existir uma “espécie de código de fronteira” quanto à utilização dos espaços sociais (bairros, locais de festa) na cidade que envolve o pertencimento a bairros específicos e que a falta de respeito a esses códigos de pertencimento ao espaço social tende a ser banida com violência, através das chamadas *cacetadas*, denominação utilizada para denominar os conflitos violentos entre os adolescentes e jovens, que quase sempre utilizam de pedaços de paus e pedras como armas.

A existência desses conflitos/rixas, que remontam ao processo de ocupação populacional da sede do município de Santa Isabel. Onde havia uma definição mais marcada dos espaços sociais, isto é, o centro lugar dos brancos e o povoado, lugar dos índios. Por traz desses conflitos e/ou a partir deles emerge a questão do “código de fronteira” que estabelecem até onde se pode chegar, com quem se pode namorar. Em conversa, com um jovem o mesmo

afirmou: *Eles tem que pedir para gente pra namorar com as meninas do Santa Inês, pois a gente mora na principal*. Evidenciando os limites de pertencimento e a posição de poder, deixando evidente que existe algo forte ligado ao pertencimento a um lugar específico dentro da cidade.

As *cacetadas*, enquanto expressão e manifestação de força acabam por provocar os adolescentes e jovens indígenas organizados politicamente, assim como, as instituições do município a pensar, as situações sociais, onde esses jovens estão inseridos.

## **8. Considerações finais**

O processo inaugurado pelos jovens indígena perpassa por um processo situado historicamente a partir situações sociais que já foram elencadas nesse texto e que acabaram por justificar e legitimar o discurso de defesa dos adolescentes e jovens indígenas ameaçados por diversos tipos de violências. Creio que como afirma Pacheco de Oliveira (1988) esse momento/situação histórica gerou uma conexão positiva estabelecida entre os jovens que se apresentaram como lideranças e o próprio movimento indígena que se vê obrigado a dá uma resposta aos apelos, que é concretizada na criação dos Departamentos de juventude.

Nesse contexto ainda aproveitando a reflexão de Pacheco de Oliveira (2009) é preciso pensar que na atualidade a questão da representatividade, que antes no universo do movimento indígena era feita e/ou era autorizada somente para as lideranças tradicionais, sofreu uma significativa mudança, com a entrada de lideranças mais jovens, professores, agentes de saúde, entre outros.

O processo de mobilização dos adolescentes e jovens indígenas é algo novo, talvez poderia falar de um processo em construção. Algo que circunstancia a atualidade do movimento indígena com o despontar de lideranças jovens, mas que se centra no contexto social contemporâneo no qual estão inseridos os agentes sociais envolvidos nesse processo.

Diante dos problemas/conflitos sociais enfrentados, sobretudo, no contexto urbano tornou-se uma preocupação constante dos adultos, instituições e dos próprios jovens. Diante das problemáticas sociais vivenciadas pelos adolescentes e jovens, apresentam ideias e propostas e assumem a posição de protagonista. Inauguram um discurso de participação atuante e não só elaboram propostas, mas querem participar efetivamente da execução mesmas. Apropriam-se e/ou elaboram o discurso sobre políticas públicas para a juventude do Rio Negro e endossam a participação efetiva dos jovens dentro do processo de efetivação das mesmas. Almejam ocupar espaços estratégicos propostos por eles, dentro do movimento indígena e na esfera pública, ou seja, espaços de poder.

Existem conexões/aproximações entre a PJ e os Departamentos de Juventude, dentro do contexto das organizações indígena, movimento indígena, que podem ser consideradas como consequência do processo de apropriação desses agentes sociais (jovens indígenas) dos instrumentos legais, e quando me refiro a instrumentos estou me reportando a implementação de políticas públicas específicas para a juventude no contexto brasileiro; no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nas conferências de Juventudes. E em todo o material produzido pela PJ da qual esses jovens tiveram acesso e que possibilitou a formação de um discurso, apropriado por um grupo específico que assumiu o papel de representante dos adolescentes e jovens indígenas.

Outrossim, os jovens membros dos grupos considerados *marginais* continuam provocando as lideranças, as instituições e os próprios jovens organizados politicamente, com atos de rebeldia, visto como ameaça a segurança nos centros urbanos do Rio Negro. Todo esse contexto social aponta para emergência de um discurso. Algo ainda em seus primeiros momentos de existência e que se concretiza na emergência de um *novo sujeito político* que passa a ocupar um lugar no cenário do movimento indígena, assim como em outros espaços públicos dentro do contexto social do Rio Negro.

O surgimento desse sujeito pluriétnico está sendo considerado nessa proposta como um evento que reflete a luta de tais indivíduos, os quais, de forma coletiva, buscam ocupar espaços de poder no âmbito do movimento indígena e dos espaços de decisões políticas nos

municípios da região do rio Negro, mais precisamente em São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do rio Negro com reflexos em Barcelos. Este último, porém, não será incluso no corpus desta pesquisa. Também apresento dentro dessa dinâmica e/ou indiretamente dialogando com ela outros “movimentos” e/ou reações coletivas dos adolescentes e jovens indígenas fora dos espaços oficiais. Quero chamar a atenção para um movimento coletivo “marginal”, não coeso mais presente nas cidades referenciadas nessa pesquisa que são os *grupos de amigos*, “classificados” de forma pejorativa como *galeras*. Tais grupos provocam a sociedade envolvente através de sua presença e ações. E acabam sendo incorporado no discurso dos adolescentes e jovens indígenas mobilizados politicamente, no que diz respeito à concretização de políticas públicas que atendam as necessidades dessa parcela da população. Assim como também colaboram na construção desse discurso. Tais situações refletem os conflitos sociais, que incomodam as instituições e exercem também pressão sobre o movimento indígena, fortalecendo a construção do discurso em torno de um *novo sujeito político*.

## 9. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SANTOS, Glademir Sales dos (Org.). *Estigmatização e Território: mapeamento social dos indígenas em Manaus*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/Universidade Federal do Amazonas, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_. *A reprodução, elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Editora Vozes: Petrópolis, 2008.

\_\_\_\_\_. (Org.) *A miséria do Mundo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

BRASIL. 2ª Conferencia Nacional de Juventude. Consquistar Direitos. Desenvolver o Brasil! Manual Orientador das Conferencias Livres. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. Brasília, DF, 2011. O texto-base está disponível em: [www.juventude.gov.br](http://www.juventude.gov.br) e em [www.conselhosdejuventude.ning.com](http://www.conselhosdejuventude.ning.com).

CNBB. Documento 85. Evangelização da Juventude: desafios e perspectivas pastorais. São Paulo: Paulinas, 2007.

CNBB. Manual da Campanha da Fraternidade. Juventude Caminho Aberto. São Paulo: Editora Salesiana, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola. 2011.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUSMÃO, Mônica e SCHRÖDER, Peter. *Habeas Corpus: entre o jogo de cintura e a rebelião*: um estudo sobre adolescentes internos em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. *Educação para o manejo do mundo, entre a escola ideal e a escola real*: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. Tese de doutorado... Brasília. Universidade de Brasília. 2011.

MARTINS, Suely Aparecida. “Caminhos e descaminhos da socialização política na pastoral da juventude: o caso de Londrina”. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MATOS, Maria Helena Ortolan. *O processo de criação e consolidação do movimento Pan-indígena no Brasil (1970 a 1980)*. Universidade de Brasília. Brasília DF. Dissertação, 1997. .

MAXIMIANO. Claudina Azevedo; Elieyd Souza de Meneses. Adolescentes e Jovens indígenas do alto rio Negro. *Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia*. Manaus: UEA Edições, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco. PLURALIZANDO TRADIÇÕES ETNOGRÁFICAS: Sobre um certo mal-estar na Antropologia. Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 1, nº 1, p. 2 – 27. jan./jun. 2009.

PAPA, Fernanda de Carvalho e FREITAS, Maria Virgínia de (Orgs.). *Juventude em pauta. Políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2011.

PERES, Sidinei. *A política da Identidade: Associativismo e Movimento Indígena no Rio Negro*. Manaus: Editora Valer, 2013.

SANTOS, Maximiliano Loiola Ponte de. *Juventude, uso de álcool e violência em indígena em transformação*. Tese. Fundação Oswaldo Cruz. Instituto Fernandes Figueira, 2009.

SILVA, Roselani Sodrê da e SILVA, Vini Rabassa da. POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE: trajetória e desafios. CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.



SOFIATI, Flávio M. Jovens em movimento: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Carlos, 2004.